

Conflito urbano e comércio informal: Quadros da repressão e da tolerância aos camelôs na cidade do Rio de Janeiro (1983-2009)

Hernán Armando Mamani

Professor da UFF

Recebido em: 18/11/2015

Aprovado em: 11/03/2017

O artigo busca compreender os quadros sociais que explicaram e justificaram a expansão, a tolerância e a repressão no comércio informal no Centro do Rio de Janeiro entre 1983 e 2009. Com base em uma "cartografia" de notícias do jornal O Globo entre estes anos pretende-se identificar as arenas, conjunturas, atores e repertórios utilizados e reconhecer, na imprensa, termos e enquadramentos duráveis do conflito entre comerciantes e ambulantes, buscando identificar aqueles que predominam na definição da situação e sua mudança. As análises dispõem-se cronologicamente identificando a eclosão do problema (1983), sua estabilização no incentivo aos "camelódromos" (1984) e sua rotinização (1994). Em um segundo momento, trata da associação do comércio informal à "pirataria" (1999), à desordem urbana e à ilegalidade (2009).

Palavras-chave: mercados populares, comércio informal, conflito, ordem urbana, crime

This article **Urban Conflict and Informal Trade: Frames from the Repression and the Tolerance Towards the Camelôs in the City of Rio de Janeiro (1983-2009)**

seeks to understand the social frames which explained and justified the expansion, the tolerance and the repression towards the informal trade in downtown Rio de Janeiro between 1983 and 2009. Based on a "cartography" of news assembled from the Brazilian newspaper O Globo between these years, the article intends to identify the arenas, conjunctures, actors and repertoires employed and recognize, in the press, durable terms and frameworks from the conflict between traders and street vendors, seeking to identify those who predominate in defining the situation and its change. The analysis, which was arranged chronologically, identifies the outbreak of the issue (1983), its stabilization through the incitation of "camelódromos"(1984), and its routinisation (1994). This article addresses the subject of informal trade's association to "piracy" (1999), to urban disorder and to illegality (2009).

Keywords: popular markets, informal trade, conflict, urban order, crime

Introdução

Passeatas, protestos e escaramuças envolvendo ambulantes e forças de segurança fazem parte da rotina da metrópole do Rio de Janeiro. São momentos visíveis de uma luta surda entre ambulantes e comerciantes, na qual, ocasionalmente, municípios e estado são chamados a intervir. Nessas ocasiões, o comércio informal é considerado, na grande imprensa, um problema público.

Na última década, esse problema vem sendo tratado com uma gramática da ordem, na qual a desordem urbana torna-se equivalente à economia informal, à violência e ao crime.

Seguindo o mesmo raciocínio, responsabilizam-se as autoridades por tolerarem os camelôs e, assim, por terem sido coniventes com a formação de uma “cultura da desordem”, que deve ser erradicada das “áreas nobres da cidade” mediante uma política de “tolerância zero”, denominada “choque de ordem”. Esse enquadramento estabelece um consenso entre as esferas e os níveis do estado, os comerciantes e as classes médias da cidade do Rio de Janeiro, e se difunde aos municípios da região metropolitana e do interior do estado (FREIRE e MAMANI, 2012).

A ordem, transformada em uma “bandeira” política e em um modelo de ação municipal, é acompanhada de políticas de renovação urbana que estimulam a livre circulação de pessoas e veículos nas ruas e combatem as práticas comerciais populares – que ocupam praças, ruas e calçadas – servindo-se de novas normas, novos cadastros, remoções para novos mercados e repressão. Esse foi o caso, por exemplo, do Camelódromo da Central do Brasil¹ acometido pelo projeto de “requalificação” urbana, denominado “Porto Maravilha”. A gramática da ordem e os dispositivos associados alteraram consideravelmente as condições que, a partir dos anos 1980, favoreceram a tolerância para com o comércio informal. Elas romperam com o quadro no qual o problema dos ambulantes era atribuído à crise e ao desemprego, e a expansão desse comércio e sua permanência nas ruas eram toleradas para evitar a pobreza extrema e garantir a subsistência dos trabalhadores no contexto da redemocratização do Brasil. É justamente essa mudança no modo de interpretar e de agir em relação ao comércio informal que nos interessa. Tal preocupação dialoga e se diferencia daquelas que destacam novos dispositivos técnico-sociais instituídos no tratamento dos Camelôs (HIRATA, 2015; LORETTI, 2015), dado que focalizam os conflitos ou arenas que legitimaram a introdução desses dispositivos.

Com efeito, consideramos que a “questão” dos ambulantes constitui um problema público: “um tema de debate e conflito, nas arenas públicas, sobre as formas de ver os fenômenos”, sobre as suas causas, sobre as instituições responsáveis e sobre as formas adequadas de tratá-lo. Disputam-se, nessas arenas, “estruturas de pensamento e ação que, uma vez definidas, excluem (...) alternativas” (GUSFIELD, 2009, pp. 11-12). As estruturas estabelecidas ou quadros – no sentido de Goffman (1991) – são cristalizações de conjunturas conflitivas (GUSFIELD, 1981, p. 16). Assim, tratar da mudança dos quadros do comércio informal implica em voltar-se para as arenas nas quais disputa-se a rentabilidade urbana legítima e suas transformações.

Nesta pesquisa buscamos, então, compreender os quadros sociais que explicaram e justificaram a expansão, tolerância e repressão ao comércio informal no centro do Rio de

Janeiro entre 1983 e 2009, caracterizar as arenas e identificar os atores, as conjunturas e as circunstâncias dos conflitos, com base em notícias do jornal *O Globo* entre 1983 e 2009. A análise dispõe-se cronologicamente, identificando, primeiro, a eclosão do problema (1983), sua estabilização e o incentivo aos “camelódromos” (1984) e sua rotinização (1994). Em um segundo momento, trata da associação do comércio informal à “pirataria” (1999), à desordem urbana e à ilegalidade (2009).

A escolha do jornal *O Globo* se deu pela facilidade de acesso às notícias e de busca dos termos “camelôs”, “ambulantes”, “comércio informal” e “camelódromos” em sua base digitalizada. O ônus decorrente dessa opção é não reunir todos os atores da imprensa escrita, e, em consequência, não reproduzir uma amostra completa da totalidade de atores e vozes das arenas. Essa limitação, que certamente deverá ser evitada na reconstrução de uma história da redemocratização e dos sentidos da democracia no Rio de Janeiro, é compensada, aqui, por demonstrar a pertinência de tratar da temática dos ambulantes e seus conflitos pela perspectiva dos problemas públicos e por elaborar um contorno dos quadros aceitos pelos públicos (opinião e agenda públicas) durante períodos relativamente longos².

Resta esclarecer, ainda, que tomamos o jornal como ator e como “caixa de ressonância” na definição e redefinição de problemas, bem como na formação e na abertura de arenas públicas. Seus enquadramentos não podem ser considerados como uma “rua de mão única” capaz de se impor à opinião pública (PAN e KOSICKI, 2001, p. 47): suas abordagens mudam de acordo com as conjunturas, alterando – apesar da relativa estabilidade da linha editorial – a frequência e o tipo de notícias, incluindo uma pluralidade relativa de pontos de vista (quadros) de atores diretamente envolvidos na situação e de seu corpo de jornalistas, cronistas e columnistas sociais. Não negamos, porém, que, por momentos, o jornal ou jornalistas de destaque venham a se tornar atores decisivos na definição dos enquadramentos predominantes na definição dos problemas e da agenda pública e dos atores legítimos da mesma.

Quanto ao tratamento dado às notícias, ele é inspirado na Cartografia da Ação, proposta por Ana Clara Torres Ribeiro (2004), e envolve a coleção de notícias, a classificação por datas ou por temas de acordo com a sua localização no jornal, sua frequência e a análise de seus conteúdos segundo sua estrutura ou seu quadro e a identificação dos atores, de suas posições diante do tema e dos conflitos apresentados. Com base nesses dados, descrevem-se os quadros, contextualizam-se os conflitos e seu efeitos sobre as arenas e procede-se a uma descrição tão densa quanto possível.

Ambulantes e comerciantes, a disputa pelas calçadas e o problema público

A emergência

Notícias sobre ambulantes ou camelôs – retratados nas mais diversas cenas cotidianas da cidade – são constantes no jornal *O Globo* desde os anos 1920. No entanto, são raras as ocasiões nas quais tratam de conflitos e tomam os ambulantes como um problema público antes de maio de 1983³. Há um conjunto bastante significativo de notícias em 1961, envolvendo a luta de deficientes pela autorização de se dedicarem ao comércio ambulante no Brasil – inclusive em áreas centrais das cidades (Lei nº 19 de agosto de 1961). E, mais tarde, notícias sobre a regulamentação na Guanabara, em 1968 (*O GLOBO*, 19/01/1968, p. 8) e sobre o decreto municipal nº1601 de 21 de julho de 1978 (*Idem*, 07/09/1978, p. 15), que restringiram progressivamente o acesso de ambulantes ao Centro. Contudo, o número de notícias que dão conta do aumento na quantidade de ambulantes nas ruas cresceu a partir de 1982, embora houvesse comentários a esse respeito desde 1981. Assim, em matéria intitulada "'O Rapa' versus Ambulantes: as saídas legais para a guerra em que todos perdem", informava-se da expansão do comércio informal sem que as autoridades municipais nem as lideranças dos comerciantes considerassem a possibilidade de alterar as normas vigentes (*Idem*, 29/04/1981, p. 27).

A mudança dessa postura e o início da escalada de conflitos, que marcam a formação de uma arena pública da questão dos ambulantes, podem ser situados no momento em que a Secretaria Municipal de Fazenda tornou pública sua intenção de legalizar o comércio ambulante da Central do Brasil, divulgando que tinha suspenso a fiscalização, que ofereceria licenças em locais fixos e que pretendia, ainda, suspender as licenças antigas, dado que se prestavam ao aluguel e à exploração (*Idem*, 03/05/1983, p. 7). Alguns dias depois, o caderno dedicado a Niterói informava que, naquele município, os ambulantes seriam recadastrados, enquanto em São Gonçalo os ambulantes eram retirados para “melhorar o visual da cidade, a limpeza das ruas e o controle do uso do passeio pelos lojistas, assegurando o trânsito mais seguro e confortável para os pedestres” (*Idem*, 8/05/1983, p. 3).

As notícias, durante os primeiros meses de 1983, aumentaram a frequência com que tratavam do assunto, caracterizaram a expansão do comércio informal na cidade do Rio de Janeiro, e o descreveram como uma “feira livre”. As causas de sua expansão eram simples: havia desemprego e o comércio informal oferecia uma renda equivalente ou superior ao salário antes auferido. Já os comerciantes acusavam os ambulantes de concorrência desleal e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) exigia, do governo estadual, uma solução para o problema (*ASSIS*, 23/05/1983,

p. 5). Igualmente, o Presidente do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, Silvio Cunha, acusava o prefeito e o governador⁴ de não terem interlocução, e reivindicava a remoção dos ambulantes de áreas de grande movimentação de pessoas, conforme lei do governo anterior (O GLOBO, 06/06/1983, p. 24).

O pedido de repressão dirigia-se ao governador Leonel Brizola – empossado em 15 de março de 1983 – ao prefeito da cidade, Jamil Haddad, e ao secretário municipal de fazenda Ivan Nery, responsáveis diretos pela regulamentação e pela fiscalização dos ambulantes. Essa era uma forma de confrontar o governo do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que assumira o compromisso de não reprimir e de evitar a violência física que tinha caracterizado, até então, a relação entre a segurança municipal e os ambulantes (Idem, 03/05/1985, p. 7). Tal decisão colocava o governo em uma posição de conflito que, para Ivan Nery, “poderia até derrubar o governo” (Idem, 23/05/1983, p. 5).

O pré-projeto de regulação encaminhado ao prefeito no dia 27 de abril (Idem, 05/06/1983, p. 24) partia do diagnóstico de que os camelôs eram um problema antigo na cidade do Rio de Janeiro, agravado pelo desemprego, e sua principal motivação seria o fato de que ser camelô não era reconhecido por lei como profissão. Desse modo, a concorrência entre ambulantes e lojistas era causada em função dos primeiros ocuparem as calçadas sem nenhum tipo de política municipal ou de regulação, orientados apenas por uma “máfia” que cobrava pelo uso de logradouros públicos e sublocava os pontos legais. A solução proposta recorreria a dois conjuntos de medidas: uma “socializante” e outras de desestímulo aos “zangões”. “Socializante” seria a abertura do cadastro a todos os interessados, para a escolha segundo critérios sociais. Os autorizados tornar-se-iam comerciantes legalizados, pagariam taxas municipais e poderiam atuar em praças e ruas especificadas em cada região administrativa, cuja localização seria estabelecida por meio de um zoneamento, o que eliminaria a concorrência com o comércio. Uma vez tomadas essas medidas, a repressão dirigir-se-ia aos ambulantes não autorizados (ASSIS, 1983, p. 5).

Essas medidas, implementadas a partir do final de junho de 1983, mitigaram por alguns meses a pressão sobre o município, na medida em que postergavam a decisão sobre os locais aos quais os ambulantes seriam removidos e o número dos que seriam autorizados⁵ (O GLOBO, 05/06/1983, p. 24). Mas a disputa pelos cobiçados pontos do Centro não ocorreu imediatamente. Durante os meses de julho e agosto, as notícias de jornal deram pouca atenção aos camelôs do centro do Rio de Janeiro, porém acompanhavam, nos cadernos de bairros dedicados ao subúrbio – particularmente Méier e Madureira – os conflitos que envolviam o cadastramento e o zoneamento. Assim, por exemplo, no dia 6 de julho, o caderno dedicado ao Méier mencionava que a prefeitura tinha a intenção de remover os ambulantes para debaixo do viaduto que

atravessava a ferrovia – a 200 metros de distância dos pontos mais movimentados do bairro – acatando a proposta da Associação Comercial do Méier (Idem, 06/07/1983, pp. 6-7). Essa negociação ocorreu durante o mês de julho de 1983, mas, diante da negativa dos ambulantes – sob o lema “Debaixo do viaduto vão vocês” – deteve-se em um impasse com consequências políticas (Idem, 27/07/1983, p. 4; AZEVEDO, 1983).

De fato, a fratura entre as partes da negociação tornou-se evidente na 17ª Audiência Pública, ocorrida na Região Administrativa do Engenho Novo, no dia 23 de agosto de 1983. A nota publicada no Caderno Méier, intitulada “Depois de uma audiência pública pouco convincente e da posse do novo administrador, o comércio do Méier se decide pela greve”, informava:

Um Ivan Nery pouco paciente, diferente do atencioso Secretário que prometia atender a todas as reclamações durante o encontro com a comunidade da 12ª Região Administrativa, ocorrido há um mês no Colégio República do Peru, foi a impressão deixada durante a última audiência pública. O secretário foi surpreendido ao chegar, com a frase colocada no quadro do auditório da 13ª RA, que dizia “Rumo ao Socialismo”. A partir daí mudou o semblante. O engenheiro Nelson Alexandre disse que foi agredido por um camelô em frente da Mesbla, na Rua Dias da Cruz, por ter esbarrado num tabuleiro. Ele pediu providências do secretário quanto à fiscalização e sugeriu que sejam tomadas medidas repressivas para evitar o assédio dos Camelôs nas calçadas. Ivan Nery, por sua vez defendeu a posição de carência do camelô e disse ser impossível fiscalizá-lo “porque legalmente ele não existe” (AZEVEDO, 1983, pp. 6-7).

A cena da audiência pública descrita expõe o descontentamento de uma parcela de comerciantes e de moradores do 13º distrito – tomamos engenheiro Nelson Alexandre como morador já que não há outra identificação ao seu respeito – em relação à política municipal que condicionava o início da repressão ao zoneamento e à seleção de ambulantes: consideravam-na uma política de cunho socialista. A mesma nota informa, também, que o conflito era mais agudo em Madureira, onde os comerciantes exigiam a retirada dos ambulantes da proximidade de suas lojas e ameaçavam com “greves” e “lockouts” (AZEVEDO, 1983, pp. 6-7).

Tais medidas de força ocorreram no dia 5 de setembro de 1983, mas nos dias prévios – ente 2 e 5 de setembro houve uma vaga de saques a supermercados nas Zona Norte, Oeste, Jacarepaguá e em Niterói que ganharam destaque nacional na imprensa escrita e televisada (O GLOBO, 6 set. 1983, p.1). Estes saques – tomados como evidência da grave crise social da metrópole do Rio de Janeiro (Idem, 08/09/1983, p. 15; 10/09/1983, p. 16) – suscitaram especulações sobre os mentores e seus objetivos políticos (Idem, 10/09/1983, p. 8; 13 set. 1983, p. 1). Neste sentido, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Governo do Estado, após o *lockout*, travaram uma batalha de acusações mútuas. O primeiro ataque registrado no jornal foi uma nota do gabinete.

A associação comercial de Madureira patrocinou uma greve. Gastou milhões de cruzeiros em matéria paga para anunciar, garantir e propagar o “lockout”. A causa invocada para o protesto foi a presença crescente de camelôs. A greve realizou-se e foi saudada amplamente como um acontecimento de grande expressão. O próprio Sr. Ruy Barreto, respeitável presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, emitiu um portentoso comunicado, gastando milhões também apoiando o evento e ligando inexplicavelmente a greve dos comerciantes com os recentes assaltos a supermercados e dessa forma, pretendendo denunciar grave ameaça à ordem pública. O Movimento teve inclusive um líder, o Sr. Renato Guertzenstein, presidente da categoria na área e candidato do chaguismo derrotado nas últimas eleições. Este senhor não é mais comerciante em Madureira (O GLOBO, 09/09/1983, p. 9).

O governador sustentou a tese que os saques, bem como o *lockout*, eram manobras políticas que buscavam deter o processo de abertura democrática (chaguismo⁶). Acreditava que pretendiam, ao provocar distúrbios à ordem pública, forçar uma intervenção do governo federal (Idem, 10/09/1983, p. 8).

Para os comerciantes, tratava-se de uma provocação do governador, que “estimulava a luta de classes e de raças” enquanto as associações comerciais apresentavam-se como defensores da lei.

Lamentamos que se acuse publicamente a deliberação dos empresários de Madureira como um movimento de comprometimento político-partidário, e como responsáveis pelos saques ao comércio. Esses pronunciamentos não levam a nenhum entendimento construtivo, porque ofendem profundamente o brio de uma classe responsável pela geração de empregos, arrecadação de impostos e distribuição de riquezas. (...) *A nossa luta é pelo cumprimento da lei e contra concessões espúrias e demagógicas.* Continuamos unidos em torno dos nossos dirigentes de classe, e vigilantes contra as manobras para se provocar uma luta de classes e raças. (...) Os empresários de Madureira repudiam, com veemência, todas as acusações de que são os responsáveis pelos saques ao comércio, iniciados dia 3 passado, porque fizeram seu protesto no dia 5. Renato Guertzenstein, Presidente da Associação Comercial de Madureira, e Ruy Barrozo, Presidente da Associação Comercial do RJ e da Confederação da classe, são empresários de ilibada conduta e merecedores de toda a nossa confiança e do nosso irrestrito apoio (O GLOBO, 13/09/1983, p. 13).

Os termos deste conflito são demonstrações dos quadros mobilizados. Por um lado, defendia-se a democracia e a democratização. E por outro, afirmava-se a contribuição econômica dos comerciantes. Para o governador, os saques eram uma sorte de golpismo. Para os comerciantes, a tentativa de ampliação do número de camelôs aprovados segundo critérios sociais era um incentivo à demagogia: um incentivo à luta de classes e de raças a que se contrapunha a lei.

Independentemente desses quadros e dos que tratarei em seguida, o conflito entre os comerciantes e o governo do estado, tinha provocado a queda do Secretário Municipal de Fazenda, Ivan Nery. Mas o efeito imediato do *lockout* de Madureira foi encerrar a seleção de

15.000 licenças para camelôs antes da conclusão do zoneamento e a repressão de ambulantes não autorizados (Idem, 13/09/1983, p. 13). O conflito era assim contornado mas não resolvido, dado que o número de ambulantes cadastrados era considerado excessivo pelos comerciantes.

Durante os meses do cadastro, as notícias sobre ambulantes são numerosas nos cadernos dos bairros de Madureira e do Méier, enquanto o Centro (e a Central) recebia pouca atenção, mesmo quando reunia um grande número de ambulantes. Quando o faziam, tratavam, principalmente, da “corrupção”. A primeira notícia, publicada no dia 17 de julho, tratava dos “empresários da camelotagem”, das características do negócio e das “relações de produção”.

Pagando os empregados/seguranças, dando as propinas necessárias e deduzindo outras despesas, Menininho tem um lucro líquido diário do Cr\$ 1 milhão. Ele controla 20 bancas de camelôs na área da Rua Uruguaiana e é inflexível: “Aqui ninguém mais bota banca: quem tentar pode até morrer”.

Mas Menininho não é o único “chefão” da camelotagem: há o Miro das Frutas, o Rubens dos Sapatos, o Tião Papo e outros mais. Existe até uma “Associação” (o nome é esse, apenas), que cobra contribuição para garantir o “bom funcionamento de tudo”. O Secretário Municipal da Fazenda, Ivan Nery, diz que há camelôs que faturam Cr\$ 400 mil por dia. O negócio é tão tentador que nem só os desempregados se sentem atraídos: até Gigante, um fiscal, fez seu bico como camelô (LOPES, 1983, p. 22).

Nesta nota de Tim Lopes⁷ o Centro é descrito como um lugar muito rentável, controlado por um pequeno grupo de “grandes empresários” do comércio informal. O teor dessas “denúncias” foi reafirmado um mês mais tarde, pelo secretário municipal de fazenda, depois que dados de uma investigação confidencial conduzida pela secretaria e distribuídos entre vereadores, tornaram-se públicos (Idem, 23/08/1983, p. 1). Infere-se das notícias que a ruptura teve como pivô o fato do secretário de planejamento do município determinar em 202 o número de camelôs que ocupariam o Centro, em uma reunião entre a Câmara de Lojistas do Rio e a Associação dos Vendedores Fixos em Logradouros e Praças do Rio de Janeiro (Idem, 26/08/1983, p. 12), desconsiderando o cadastramento e zoneamento negociado pelas Secretarias de Fazenda e de Desenvolvimento Social. Além, disso, foram deixados de fora da seleção pelo menos 300 ambulantes da Central representados pela Associação de Ambulantes do Centro. Nery sustentava, então, que os 202 pontos estavam sendo “comprados” (Idem, 23/08/1983, p. 13).

A crise política na base governamental levou à demissão do secretário de fazenda, Ivan Nery, em 23 agosto de 1983⁸ (Idem, 24/08/1984, p. 1), e de vários outros quadros da prefeitura nos meses que se seguiram, e não se deteve. Dois meses depois, o próprio prefeito, Jamil Haddad, caiu, ao alterar-se a aliança governamental do governo Brizola⁹. Sua saída foi acompanhada de avaliações negativas de sua gestão pela imprensa (HONSE, 1983, p. 25), e de críticas do futuro prefeito,

Marcelo Alencar, para quem os problemas do Rio eram os camelôs, a segurança e os buracos nas ruas (O GLOBO, 27/11/1983, p. 13).

A queda de Jamil Haddad encerrou um primeiro momento do debate público sobre os ambulantes, que teve início quando o Governador Leonel Brizola e sua equipe decidiram mudar os critérios de autorização e repressão ao comércio informal na cidade do Rio de Janeiro. As associações de classe dos comerciantes – ACRJ e CDL – regeram e exigiram a retirada dos camelôs das ruas e o respeito da legislação anterior – que permitia, apenas, a atuação de deficientes físicos e de artesãos – sendo contrários à “concorrência desleal”. O governo estadual/ municipal, recusou a mera repressão, a condicionou à “regulamentação” da profissão de modo a abrir oportunidades econômicas tanto a desempregados quanto a deficientes e a eliminar o controle do comércio informal por “máfias”.

A política municipal para os ambulantes se orientou, durante a gestão Leonel Brizola, por um quadro próximo ao que define a relação Estado-Sociedade, de forma próxima à noção de cidadania regulada (SANTOS, 1987), em uma perspectiva

igualitária e incluyente (...) caracterizada pelo respeito aos direitos humanos (...) posicionando-se a favor de um tratamento digno, a favor dos presos comuns e dos moradores de favelas e de bairros pobres periféricos (...) justificavam sua postura como defensores dos que “não têm voz” (MACHADO DA SILVA, LEITE e FRIDMAN, 2005, pp. 7-8).

Nesse quadro ainda, as “máfias” seriam produto da falta de reconhecimento e de acesso legal ao comércio de rua.

As organizações de classe dos comerciantes, por outro lado, opuseram ao quadro “igualitário” e “democrático” outro, “econômico-administrativo”, no qual tudo aquilo que prejudicasse rentabilidade deles atentava contra a “geração de empregos, arrecadação de impostos e a distribuição de riquezas”. Nesse caso, a política do governo Brizola era demagógica: era preciso respeitar as leis que já existiam. Obviamente, ambos os quadros são incompatíveis, e o embate entre ambos acirrou o conflito e levou à crise política.

O Camelódromo

Enquanto o conflito recebia maior atenção dos jornais nos bairros do Méier e Madureira, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e, principalmente, o Clube de Dirigentes Lojistas,

mantiveram-se fora de cena, retornando apenas durante a crise política que se encerrou na renúncia de Jamil Haddad. No dia 23 de novembro, os presidentes da Federação do Comércio Varejista, do Clube dos Diretores Lojistas, da Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca (Sarca) e cerca de 30 comerciantes visitaram o Prefeito Jamil Haddad

para cobrar o (...) cumprimento das normas já traçadas para os camelôs do Centro e que, segundo eles não vêm sendo cumpridas, queixam-se de que “decorridos mais de 150 dias da edição do decreto 4121 (que regula a atividade do comércio ambulante), (...) aumenta a cada dia o número de camelôs diante das lojas, vendendo, na maioria das vezes, artigos similares, numa desleal concorrência e desrespeito à lei” (O GLOBO, 24/12/1983, p.12).

A resposta foi dada não por Haddad, mas pelo futuro prefeito Marcelo Alencar, antes mesmo da posse: “Pretendia conseguir com rapidez um protocolo de entendimento entre os Camelôs e a Associação Comercial e depois seria rigoroso com a fiscalização” (O GLOBO, 24/11/1983, p. 12). Assim, 13 dias depois de ter assumido o cargo de prefeito, ele lançou medidas destinadas a “solucionar” o problema dos ambulantes no Centro do Rio de Janeiro (Idem, 14/12/1983, p. 13).

O Prefeito Marcelo Alencar está estudando a viabilidade da criação do que chamou de “feira-livre dos camelôs” em área específica a ser determinada. Segundo ele, a feira funcionaria como “uma espécie de mercado livre” onde, provavelmente, seriam fixados todos os camelôs, ou pelo menos a maioria deles. (O GLOBO, 14/12/1983, p 13).

Alencar apresentava-se, além disso, como um interlocutor dos comerciantes, e frisava na ocasião que a partir de então os ambulantes não cadastrados seriam reprimidos (Idem, 13/12/1983, p. 12; 14/12/1983, p. 1; 14/12/1983, p. 13).

Nesse clima, entre dezembro de 1983 e setembro de 1984 desapareceram do jornal menções ao descontentamento dos comerciantes em relação à política municipal para ambulantes. Ao contrário, o Decreto 4477 de 22 de março de 1984, que revogou a regulamentação de Haddad, foi elogiado pelo presidente do Clube dos Diretores Lojistas por atender “plenamente as reivindicações dos comerciantes”, justificando, assim, o voto de confiança dado ao Prefeito (Idem, 11/01/1984, p. 7).

Igualmente, até o mês de julho foram escassas as notícias sobre as reivindicações dos ambulantes. Eram mais frequentes as informações sobre a presença de ambulantes em diferentes bairros, praças e praias e sobre a repressão e a fiscalização, principalmente na zona sul da cidade. As notícias criavam certa expectativa e alimentavam “esperanças” de solução dos problemas, mediante a construção de um “Centro Popular de Consumo” na Praça Onze de Julho – batizado

popularmente de “Camelódromo” – e de outros “mercados” nas regiões administrativas, onde ambulantes, recadastrados e autorizados poderiam trabalhar.

A política municipal desse período definia previamente e precisamente os locais e o número de licenças. Quanto ao número de licenças, as mesmas foram reduzidas de 14.530 para 4.782 – retirando das ruas mais de 9.000 ambulantes –, visto que as licenças antigas seriam canceladas. Haveria camelódromos no Centro, na Praça da Bandeira, em Bonsucesso, na Penha, no Méier, em Madureira, em Cascadura, em Marechal Hermes, em Bangu, Campo Grande e na Pavuna. A distribuição de licenças, por sua vez, seguiria critérios sociais (Idem, 03/05/1984, p. 1). O camelódromo da Praça Onze seria um Centro de Consumo Popular ordenado, com barracas padronizadas, banheiros, estacionamento e “playground”. Teria espaço, também, para circos e grandes eventos, e o resto da cidade ganharia, graças ao Camelódromo, ruas desimpedidas para a circulação de pedestres e de automóveis e os comerciantes não encarariam concorrência desleal, pois os ambulantes, além de pagarem taxas e de estarem distantes das áreas comerciais consolidadas, somente poderiam trabalhar com produtos autorizados¹⁰ (Idem, 30/03/1984, pp. 6-7; 03/05/1984, p.13). Essa política não se justificava, como na gestão de Haddad e Nery, por ser uma política compensatória e inclusiva em um momento de desemprego, mas por combater a concorrência desleal.

No entanto, a baixa conflitividade dos primeiros meses da gestão Marcelo Alencar (1983-1985) não foi duradoura. A paz rompeu-se no ato da inauguração do Camelódromo no dia 19 de julho de 1984, realizada “sob vaias e protestos” (Idem, 20/07/1984, p. 14). Durante o tumulto, o prefeito prometeu flexibilizar as licenças para deficientes no Centro. Mas as promessas foram insuficientes para acalmar os ânimos.

Horas depois, os ambulantes da Praça Procópio Ferreira, na Central do Brasil, reagiram violentamente à tentativa de retirada de bancas e de mercadorias: incendiaram as barracas e usaram botijões acesos como bombas.

Antes, houve tentativas de acordo. Às 21 horas, o Chefe da Divisão de Fiscalização conversou com os camelôs, propondo que eles se retirassem com suas barracas, deixando a solução do problema para a próxima segunda-feira. Os camelôs se mostraram irredutíveis. (...) Às 23h30m, chegaram dois caminhões e sete camionetes da Divisão de Fiscalização, estacionando na pista da Praça Procópio Ferreira. Quinze minutos depois, com pedaços de ferro e de madeira, os fiscais começaram a derrubar as barracas. Foi o suficiente para revoltar os camelôs. Aos gritos, eles próprios passaram a derrubar as barracas, empilhando a madeira e incendiando. (...) Botijões de gás (...) foram lançados ao fogo, explodindo. (...) A reação dos vendedores ambulantes acabou assustando os próprios fiscais, que passaram a assistir à cena (O GLOBO, 21/07/1984, p. 7).

Na manhã seguinte, o conflito continuou e os ambulantes tomaram o terreno da Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro (Coderte), localizado atrás da Central¹¹ (Idem, 22/07/1984, p. 18). Na segunda, 23 de julho, os ambulantes cegos revoltaram-se, no Centro, diante da impossibilidade de armarem suas barracas. Segundo o Jornal do dia seguinte, 200 pessoas enfrentaram a Polícia Militar e houve o início de um quebra-quebra (Idem, 24/07/1984, p. 9).

Dia após dia notícias sobre protestos sucediam-se, seguidas de breves comentários sobre a subocupação do Camelódromo da Praça Onze, da queda de vendas no Camelódromo de Madureira e do interesse crescente dos camelôs em retornarem aos antigos pontos (Idem, 29/07/1984, p. 22; 12/08/1984, p. 24; 26/09/1984, p. 11). A prefeitura respondia usando a força, obtendo como retorno ações mais ousadas e violentas. Assim, por exemplo, no dia 9 agosto de 1984, os ambulantes da Central atacaram os fiscais na sede da

Divisão de Fiscalização Especial, na Praça da Bandeira, dispostos a reaver as mercadorias apreendidas. (...) Às 7h20m, 15 fiscais tinham chegado à Praça Procópio Ferreira, em frente à Central, e começaram a apreender as mercadorias de cerca de 20 camelôs. A briga entre fiscais e camelôs se generalizou quando dois tiros foram dados para o alto. (...) No incidente (...) um camelô e um fiscal ficaram feridos. (...) A caminho da Praça da Bandeira, os camelôs (...) danificaram a pedradas a Kombi XX 0234, (...) pensando que fosse da fiscalização. (...) O movimento dos camelôs terminou no fim da tarde de ontem, quando o Coordenador de Licenciamento e Fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda, Joel Machado de Souza, autorizou a liberação das mercadorias apreendidas de manhã na Central do Brasil (O GLOBO, 10/08/1984, p. 15).

Diante de tais fatos, o governador Leonel Brizola prometeu realizar uma investigação rigorosa, mas considerou que se os “camelôs reagem, podem surgir incidentes”. Já o prefeito Marcelo Alencar reafirmou o compromisso da prefeitura, contrária ao uso de violência, e acusou os ambulantes – “máfias” – de provocação, enquanto o Jornal o Globo chamava a resistir contra os camelôs, cujas atividades contrariavam “os interesses da cidade organizada”. Avaliava, além disso, que o governo fez concessões demais e exigia o aumento da repressão (Idem, 10/08/1984, p. 15). A partir de então, o referido jornal promoveu uma “campanha” a favor do Camelódromo (Idem, 12/08/1984, p. 24), enquanto os Camelôs da Praça Onze (Camelódromo) reclamavam de estarem expostos à intempérie e, essencialmente, à falta de fregueses (Idem, 23/09/1984, p. 26; 26/09/1984, p. 11). Finalmente, no dia 10 de novembro, reunidos em assembleia, os camelôs decidiram que retornariam à Central.

O fracasso do Camelódromo da Praça Onze, no entanto, tinha sido decidido alguns dias antes – 7 de novembro – quando 35 fiscais da Secretaria Municipal de Fazenda, sem ordens superiores, derrubaram a marretadas 70 barracas – legalizadas – na Passarela da CODERTE na Central do Brasil (O GLOBO, 08/11/1984, p. 13).

O Chefe da Fiscalização na área, José Raimundo Vianna, que comandou os trabalhos, dizia cumprir ordens do Diretor da Divisão Especial de Fiscalização da Secretaria, Major José Raimundo de Souza. O Major Raimundo, por sua vez, disse estar submetido ao Coordenador de Operações Especiais do Gabinete do Prefeito, Coronel Anani Andrade. Este explicou ter apenas providenciado apoio policial para ação de rotina – Não podia imaginar que o Chefe do setor cometeria excessos afirmou o Coronel Anani (Idem, 08/11/1984, p. 13).

Segundo o diretor da Associação de Ambulantes do Centro, Marcos Moura, a demolição de barracas de camelôs licenciados, que atuavam no terreno da Coderte – batizado de Mercado Popular Getúlio Vargas – e aguardavam a inauguração de 180 “minilojas”¹², tinha sido ordenada pelo fiscal José Vianna:

Os vendedores combinaram com Vianna que se transferiam do canto da passarela – onde serão construídas as minilojas – para o meio, juntando-se a outras 150 barracas. Vianna, no entanto, queria que, ao mudar, os camelôs adotassem barracas de ferro, menores, para colocar vendedores não licenciados. Como os camelôs não aceitaram, Vianna fez ameaças de morte e, ainda segundo Marcos Moura, ordenou a demolição (O GLOBO, 08/11/1984, p. 13).

A demolição foi interrompida pela visita do presidente da Câmara Municipal, Maurício Azêdo, que “qualificou a operação de ‘violenta, ilegal e à revelia do Prefeito’ E à tarde, na Câmara, (...) criticou a operação e disse que o Prefeito deveria reconhecer o fracasso do camelódromo e procurar solução que atenda aos interesses da cidade e dos ambulantes” (Idem, 08/11/1984, p. 13).

Este episódio marcou o fim da política repressiva no governo PDT (Idem, 25/11/1984, p. 12; 20/02/1985, pp. 6-7), o descontentamento das lideranças do comércio e o fim da harmonia com a Prefeitura (Idem, 15/11/1984, p. 8), dado que a ação repressiva perdeu intensidade. Assim, poucos dias depois, as feiras de artesãos foram novamente autorizadas (Idem, 15 nov. 1984) e aumentaram as pressões dos deficientes para retomarem seus pontos no Centro¹³. Finalmente, os ambulantes retornam às ruas e à rotina de fugir do “rapa” e a contar com a solidariedade pública (Idem, 30/11/1984, p. 11).

O retorno dos camelôs ao Centro permite identificar o fim do segundo momento do conflito público entre ambulantes e comerciantes intermediado pelo estado. Não se tratou de uma superação

ou de uma síntese entre os quadros, e sim de um novo impasse. Entre novembro de 1983 e novembro de 1984, a política municipal buscou diminuir o número de camelôs e retirá-los do Centro e da zona sul; para isso, todas as licenças anteriores foram anuladas e uma nova seleção foi realizada para ocupar um único mercado: o Camelódromo. Os ambulantes – liderados pelos camelôs da Central – não opuseram argumentos extremamente elaborados – aceitaram a proposta de regulamentação de Haddad e reagiram, depois, com violência e com astúcia à política de remoção de Alencar. Reivindicaram trabalhar nas mesmas áreas que já ocupavam. A escassa elaboração dos argumentos dos ambulantes e a pouca visibilidade das lideranças de camelôs e das suas organizações contrastava com as das associações comerciais, que puderam captar a atenção da imprensa e expressar nela, de forma bastante articulada, suas reivindicações, enquadradas como defesa da legalidade contra a concorrência desleal. Mesmo assim, os camelôs demonstraram grande capacidade de articulação política na câmara de vereadores e pressionaram o partido governista para conseguir certa tolerância¹⁴.

Igualmente, o tema das “máfias” não recebeu maior tratamento na imprensa, mesmo que, quando fora citado, tivesse constituído um argumento forte para justificar a regulamentação da profissão – quando tratado pelas investigações de Tim Lopes – e sido um estopim de revoltas: prevaleceu a justificativa da repressão. Em retrospectiva, é possível perceber a dinâmica expansiva da relação entre forças de fiscalização, de repressão e de informalidade que Misse (2002, p.15) caracterizou com o termo mercadoria política – quando o recurso político usado para produzir ou a oferecer é expropriado do Estado e privatizado pelo agente de sua oferta. Essa dinâmica é, contudo, insuficiente para explicar a tolerância: é preciso considerar a dinâmica política propriamente dita – neste caso, os impasses e os conflitos no interior do PDT, que os camelôs do Centro souberam explorar para garantir sua permanência nos pontos mais rentáveis. O “legado” desse primeiro momento do conflito foi estabelecer os “camelódromos” como política padrão para o comércio informal: mercados populares, legalizados, localizados em áreas que minoram a concorrência com lojistas, aos quais se acede por critérios socioeconômicos. Tal política foi exitosa na diminuição do conflito, restrito, posteriormente, às escaramuças localizadas na disputa por pontos específicos da cidade, onde se formam ou se realocam camelódromos; ou à resistência à repressão periódica aos ambulantes irregulares.

A construção das ilegalidades e o problema da ordem

A partir de 1985 os camelôs deixaram de ser um problema público de grande expressão, capaz de provocar crises políticas. As notícias dedicadas ao tema mudaram, acompanharam e descreveram um sem-fim de pequenos conflitos pontuais e localizados, nos quais se estabeleceram

diversos camelódromos. O debate sobre os critérios de acesso ao comércio de rua, socialmente amplo ou mais restrito, desapareceu das páginas dos jornais e se concentrou na Câmara Municipal e no poder executivo da cidade. Contudo, a indefinição permaneceu, ainda, até a década de 1990. Por um lado, tratava-se de estabelecer uma regulamentação que conjugasse os critérios sociais dos Decretos 4121/83, 4477/84 e os restritivos da Lei 1222/88. Por outro, de definir uma localização fixa para os camelôs do Centro.

Nesse sentido, a Lei 1.876 de 1992 e a criação do Mercado Popular da Uruguaiana encerraram, quase 10 anos depois, o impasse. A lei retomou o critério dos deficientes, mas, ao mesmo tempo, permitiu a permanência de 18.400 ambulantes autorizados até 1985, concedendo-lhes licenças por 20 anos. Já o Camelódromo da Uruguaiana, que abrigou a partir de 1994 uma parte importante dos ambulantes do Centro, pôs fim a uma indeterminação que se arrastava desde 1983. A partir de então, lentamente, o foco da imprensa mudou para se concentrar, principalmente a partir de 1999, no problema do contrabando, da corrupção e da violência sustentados pelos camelôs.

A mudança pode ser identificada a partir da publicação de notícias sobre a detenção de policiais que faziam a segurança de Antônio Perez Pôvoa (O GLOBO, 18/06/1999, p. 20). Ele buscava, segundo o jornal, assumir o controle da Associação dos Ambulantes do Centro do Rio, em uma disputa com a União dos Comerciantes do Mercado Popular do Centro do Rio, pelo controle da segurança e da comercialização do contrabando e pela obtenção das taxas pagas por cada “box”, cujo valor totalizaria R\$ 90.000,00 mensais. Além disso, “agentes Federais apuraram a presença de imigrantes clandestinos trabalhando no camelódromo” (Idem, 20/06/1999, p. 1). O Camelódromo da rua Uruguaiana era descrito, nessas notícias, como um lugar com leis próprias – uma “república livre, aberta ao contrabando, às falsificações e à pirataria, à venda de produtos roubados e à compra e venda de boxes (COSTA, 2001, p. 18; WERNECK e GOULART, 1999, p. 12) – onde policiais militares e civis corruptos disputavam o controle de negócios espúrios, estabelecendo “ligações perigosas” (MISSE, 1997) com os ambulantes.

A partir de 1999 as notícias sobre o comércio informal não conservam continuidade como as da década anterior, não havendo mais espaço para descrever cenas de protesto de ambulantes ameaçados de remoção. Os Camelódromos protestavam, agora, contra os excessos de violência da polícia e contra as taxas cobradas.

Cerca de 700 ambulantes do camelódromo da Rua Uruguaiana, no Centro, fecharam ontem por cerca de 40 minutos três pistas da Avenida Presidente Vargas, ao meio-dia, para protestar contra policiais que acusavam de extorsão e abuso de autoridade. (...) Os camelôs contaram que a maior parte deles foi obrigada

a fechar seus boxes por ordem de um grupo armado que se dizia da 1º DP (Praça Mauá). Segundo o presidente da União Comercial do Mercado Popular da Rua Uruguaiana, Alexandre Arias Pereira, os policiais chegaram pouco depois das 10h e afirmaram que a ordem para fechar era da Secretaria de Segurança. Revoltados, os demais camelôs também decidiram parar de trabalhar e foram para a porta da secretaria, a cerca de 200 metros de distância. – Queríamos saber se realmente havia alguma determinação da secretaria. Não havia. Era uma ação totalmente arbitrária, um abuso de poder – disse Alexandre. (...) Não há queixas contra a Polícia Federal, que, segundo os ambulantes, trabalha corretamente. Propina exigida é de até R\$ 50 por dia. As queixas recaem principalmente sobre policiais da 1º DP. (...). Segundo os camelôs, o principal alvo dos policiais são vendedores de mercadoria contrabandeada, que, em vez de terem os produtos apreendidos, são achacados (BOTARI e MATHEUS, 2001, p. 13).

Chama atenção aqui, que diferentemente dos anos 1980, os atores envolvidos no conflito sejam as forças de segurança estaduais – a PM, a Guarda Municipal (O GLOBO, 20/06/1999, p. 1; WERNECK e GOULART, 1999, p. 12; GOULART, 1999, p. 22), a Polícia Federal e a Receita Federal (WERNECK, 2000, p. 17), além das “máfias” que, como mostrarei, geriam negócios mais variados (BOTARI e MATHEUS, 2001, p. 13). Além disso, neste momento, o prefeito e o governador não eram mais responsabilizados, e os ambulantes da cena já não são pobres e desempregados: são comerciantes prósperos que reclamam dos achaques da polícia e da concorrência de camelôs chineses (XAVIER, 2001, p. 24).

Diferem também da década de 1980 os produtos e a geografia da economia. As mercadorias, produzidas na China, desembarcavam no Porto de Santos, ou de Paranaguá, e iam por terra ao Paraguai, onde os sacoleiros¹⁵ as compravam e as transportavam para as capitais brasileiras (WERNECK, 2000, p. 17). Existia uma rede global de fornecedores de produtos falsificados, que ocasionava a perda de empregos. O combate a essa “concorrência desleal” deveria ser priorizado pelas autoridades.

O combate ao contrabando no Rio deveria ser uma prioridade do governo. É só você caminhar pelas ruas para ver a enxurrada de brinquedos vindo sei lá de onde. Ou melhor, de todas as partes – afirma Sinésio Batista, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (ABRINQ). Ele lembra que a operação para fazer o contrabando chegar à cidade envolve muitas peças de um complicado quebra-cabeças. Na parte visível, estão as conexões estabelecidas no continente asiático. Os chineses dominam uma etapa: fabricam e transportam os brinquedos. Na parte oculta, diz Sinésio, estão brasileiros. Eles são os responsáveis pelo financiamento. – O Everardo Maciel (secretário da Receita Federal) está investigando isso. Se eu falar quem são, morro amanhã mesmo – disse o empresário. – Todas essas bonecas falsas não duram 30 minutos nas mãos de uma criança. Mas essas operações não financiam apenas o contrabando de bonecas, elas trazem de tudo – acredita Sinésio. No Porto do Rio, o inspetor Murilo Amaral criou uma força-tarefa para atuar na fiscalização de empresas suspeitas de operarem de forma ilegal. Já descobriu irregularidades em

importações de esteiras de ginástica; localizou empresas fantasmas tentando importar cristais finos da Alemanha e encontrou falsificações de peças de automóveis. O trabalho da Receita é feito em duas etapas: a primeira na hora do desembarço. E depois fora do porto (WERNECK, 2000, p. 17).

Entre 1999 e 2004, a venda e reprodução de “mídias piratas”, a reprodução de livros (xerox) e o comércio de produtos falsificados e roubados passaram a ser rotulados sob o termo “pirataria” (SOLER, 2005, p. 22). Os promotores de tais temas já não eram, como nos anos 1980, Associações Comerciais ou Lojistas, mas a Associação Brasileira de Brinquedos (Abrinq), a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e a Federação de Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Esses novos atores têm em comum com os antigos apenas a preocupação com a concorrência desleal, mas seu significado e usos são mais variados e sutis que anteriormente, sobretudo quando referidos ao termo “desordem urbana”.

Camelôs, desordem e legalidade

A noção de desordem urbana foi introduzida e tornada pública por César Maia em seu primeiro governo municipal (1993-1997). Expressava uma preocupação com a cidade, com os efeitos da tolerância com os ambulantes em lugares públicos e com a expansão das favelas –que seu programa de reformas urbanas – Rio Cidade – pretendia corrigir. Mas o problema era mais amplo. Por desordem entendia-se “a falta de uma intervenção pública indutora e ordenadora na esfera urbana” – oculta durante muito tempo pelo fato da cidade ser capital federal – e a tolerância aos camelôs e às favelas persistia como compensadora da exclusão e da miséria (MAIA, 1993, p. 6). Essa “institucionalização da desordem urbana”, em longo prazo, conduziu a “deseconomias externas de locação para empresas e famílias”, conhecida como “esvaziamento do Rio”. A desordem correspondia, neste caso, a uma crítica à política urbana implementada até então na cidade do Rio e a uma avaliação negativa de seus efeitos econômicos; não era considerada a questão da legalidade e nem julgados, moralmente, os camelôs e moradores de favelas. Essa construção foi posterior e envolveu o próprio jornal de forma orgânica.

Com efeito, se desde 1999 o camelódromo da Uruguaiana passou a ser apresentado como o lugar do contrabando, da extorsão e da corrupção – da pirataria –, o próximo passo foi relacionar os camelôs ao problema de segurança pública, sobretudo em 2005, na sessão do jornal destinada ao Rio de Janeiro, intitulada “Ilegal. E daí?”.

Os relatos encaminhados pelo Disque-Denúncia a O GLOBO mostram que o combate a camelôs e flanelinhas já supera a questão da ordem urbana para entrar na área da segurança pública. Em ambos os casos, há reclamações de que as profissões ilegais, são usadas como fachada para outras práticas ilícitas:(...) tráfico e uso de drogas, (...) comércio de armas, de brinquedo e mercadorias como celulares, relógios, DVDs, CDs e até bilhetes de metrô roubados. Venderiam fogos de artifício, bebidas alcoólicas e material pornográfico para menores (SCHMIDT, 2005, p. 19).

O silogismo que sustenta a equivalência entre camelôs e segurança pública, nesse trecho, é simples: flanelinhas e camelôs, problema de ordem urbana, são atividades ilegais. Tráfico de drogas, comércio de armas e problemas de segurança são práticas ilegais. Portanto, os problemas da desordem e da segurança pública são de idêntica natureza – ilegais – e merecem ação imediata do Estado e dos cidadãos.

O trabalho cognitivo e moral, necessário para mobilizar a luta contra a ilegalidade é bem ilustrado pela coluna de “Illegal. E daí?” – tornada uma conta no “Twitter” em 2008 – e pelos blogues que alimentam a coluna. A coluna expressa este propósito em seu próprio nome. O termo ilegal classifica os temas, os rotula e os faz equivaler. E a expressão “e daí?” promoveu a condenação moral de toda ilegalidade e a denúncia à “desordem urbana”. Mas a coluna/twitter atribui e difunde responsabilidades¹⁶.

Nesse sentido, a expansão dos camelôs e da desordem dever-se-ia à falta de repressão.

No século XX, até a década de 80, este tipo de comércio estava concentrado nas mãos de lojistas que mantinham bancas em pontos de grande circulação de pedestres. Nas ruas, havia grande repressão às atividades dos camelôs até o fim do governo Chagas Freitas, em 1983. (...) O Governo seguinte, de Leonel Brizola, afrouxou a repressão e houve uma proliferação de camelôs. (...) Com a situação quase fora de controle em 30 de março de 1993, o prefeito César Maia, criou a Guarda Municipal. A função prioritária do órgão era controlar o espaço urbano (SOBRAL e ÁLVES, 2005, p. 14).

A expansão dos camelôs, atribuída à falta de repressão do governo Brizola¹⁷, reeditou, parcialmente, as críticas da década de 1980. Mas a ênfase não era sobre a concorrência desleal. Retomou-se a crítica implícita no termo “mafú”¹⁸, com o qual denominaram, na década de 1980, as concentrações de camelôs, e que jornalistas como Artur da Távola, Ibraim Sued e Carlos Swann consideraram a causa da decadência do Rio de Janeiro, cultivando uma sociabilidade “incompatível a civilização” (TÁVOLA, 1983, p. 7). Desordem, por sua vez, denomina um conjunto de práticas ilegais e irregulares que merecem na repressão.

Bandalhas no trânsito; pontos de táxi irregulares e de vans ilegais; sinais de vandalismo e depredação do espaço público; ocupação irregular de calçadas, com cadeiras de bares e restaurantes, camelôs irregulares; mendigos e crianças de rua usando entorpecentes e em atitude suspeita nos sinais; flanelinhas; depósitos irregulares de lixo; na conservação de ruas e calçadas (buracos); falta de poda de árvores; falta de iluminação pública; construções irregulares e surgimento de favelas (O GLOBO on-line, 05/01/2009).

A natureza da ação defendida é bem explicada, no dia 5 de janeiro de 2009, quando o jornalista Jorge Antonio Barros iniciou um blogue destinado a “fazer um mapa da desordem urbana”.

É muito fácil fazer um mapa da desordem urbana do local onde você mora, trabalha ou estuda. Mas é preciso ter um olhar crítico e pouco condescendente com irregularidades, mesmo que isso afete a economia informal e prejudique no primeiro momento pessoas que estão lutando pela sobrevivência (...). É preciso também criarmos um espírito de tolerância zero com a bagunça no espaço público. Sem dúvida isso vai exigir de nós a desconstrução de uma cultura benevolente com quem está errado, sejam cidadãos de bem, marginais ou servidores públicos cuja função é preservar a ordem e o bem-estar coletivo. A tendência natural é a gente se acomodar (“reclamar pra quê, se não resolve?”) e deixar tudo exatamente como está. Mas eu acho que a luta contra a violência e o crime passa pelo enfrentamento da desordem urbana, como aconteceu em Bogotá. E isso é tarefa de todos, cidadãos e poder público. Cada parte exigindo da outra. (...) Deve ser denunciado, fotografado, gravado em vídeo, sempre certificando-se da segurança pessoal. Ouça o porteiro do seu prédio, seu vizinho, seu colega de trabalho. Compartilhe informações pelo bem se sua comunidade (Nossas atendedoras estão a postos para receber seu mapa da desordem urbana) (BARROS, 2009).

A convocação a denunciar e a “tolerância zero” com a desordem urbana é compreendida como uma forma de se assegurar “o bem da comunidade”. Justifica-se apelando a um “quadro cívico”¹⁹, cuja efetivação implica em eliminar a “cultura da desordem” pela denúncia, pela fiscalização e pela repressão; abolir a “substância moral” da ilegalidade (OLIVEIRA, 2004, p. 83)²⁰. Tal propósito constitui uma causa à qual aderem os homens de bem e que não admite barganha política. Nesse sentido, é muito sugestiva a sintonia entre o quadro da ordem construído na coluna/twitter “Ilegal. E daí?” a partir de 2005 e a agenda política, já que o programa político do prefeito do Rio, Eduardo Paes, tinha como principal pauta de política urbana o problema da ordem (O GLOBO, 31/10/2008, p. 3).

Cinco dias depois da posse, esta espécie de parceria entre a coluna e a agenda pública acentuou-se. No dia 5 de janeiro, Barros lançou o convite público para o engajamento da população no mapeamento da desordem, articulado a uma atenção individual ao trabalho da

Secretaria Especial de Ordem Pública (Seop, criada para promover ações repressivas constantes – associando instituições estaduais e municipais – conhecidas como “Choque de Ordem”).

Tal política era justificada pelo secretário responsável, Rodrigo Bethlem, em termos quase idênticos aos da coluna, como necessária a uma mudança cultural que requeria tanto as políticas repressivas quanto o engajamento cívico promovido pelo jornal.

Vivemos de 30 a 40 anos na cultura da desordem. O melhor caminho para mudar esse quadro é a repressão, aliada a um processo educacional contínuo para promover mudança de hábitos. A nova série do GLOBO (Illegal. Eu?) é sensacional. As pessoas têm que rever seus próprios hábitos. Não vamos colocar um guarda em cada esquina para ser babá de infrator (GOULART, 2009, p. 9).

O argumento diferenciava-se, contudo, pelo fato de creditar à política uma dimensão educadora: “O Choque de ordem envolve um conjunto de ações educativas para mostrar à população que o melhor é a busca da legalidade” (GOULART, 2009, p. 9).

Na “parceria” com a prefeitura, o jornal não apenas fomentou mapas participativos da desordem (MOTTA, 2009, p. 8; O GLOBO, 18/01/2009, p. 3), como também acompanhou e divulgou as ações de “choques de ordem”: do dia em que os operativos começaram, chamado Dia D (em 4 de janeiro) às ações na zona sul (RAMALHO, 2009, p. 11), nas praias, na zona oeste, no Centro, no carnaval (KUCK, GERBASE e RUBEN, 2009, p. 8), nos restaurantes e na oposição aos mendigos (MEROLA, 2009, p. 13; SCHMIDT, 2004, p. 12).

Seis meses depois de iniciado o “ordenamento”, a prefeitura comemorava não o aumento da ordem, mas o aumento da arrecadação. Segundos dados apresentados pela Seop, a Taxa de Utilização de Áreas Públicas, a Taxa Autorização de Publicidade e a Taxa de Licença de Estabelecimento tinham crescido no primeiro semestre de 2009 em relação a igual período do ano anterior, 71,42%, 16,26% e 277%, respectivamente. A repressão teria estimulado diversos agentes econômicos, que atuavam de forma irregular em logradouros públicos, a atuar regularmente.

Quanto aos camelôs, o sucesso não foi tão veloz. A meta inicial da política era ordenar a cidade até outubro de 2009, e isto implicava em reduzir o número de camelôs aos 18.400, autorizados pela Lei 1.876 de 1992 (MAGALHÃES, 2009, p. 15), de modo a garantir o direito de ir e vir e a requalificação urbana (MEROLA, 2009, p. 11). A diminuição seria possível por um recadastramento e por um estímulo a se tornarem microempreendedores, para que pudessem pagar impostos (MEROLA, 2009, p. 11; GOULART, 2009, p. 9). Paralelamente, eram estudados modos de conceder comércios e serviços em áreas públicas, e de vender imóveis em que se concentrassem camelôs – inclusive o terreno em que se localiza o camelódromo da Uruguaiana (BASTOS, 2009, p. 15; MAGALHÃES, 2009, p. 26).

O quadro da desordem urbana, instituído a partir de 2009 como pilar da política para a cidade do Rio de Janeiro, toma a desordem como a vigência de uma cultura de tolerância com as ilegalidades, amplamente difundida, responsável pela proliferação do crime e da violência. Para suprimir esse quadro, é necessário erradicar a “substância moral” da ilegalidade pela repressão, pela denúncia e pelo convencimento. Para os camelôs, ordem implicaria em tornarem-se empresários; para a cidade, liberdade de ir e vir e a requalificação urbana; e para o município, o aumento da arrecadação. Cessa neste caso toda referência à democracia e à justiça distributiva. A política urbana da ordem pauta-se, então, por critérios administrativos pelos quais a cidade deve ser competitiva²¹.

Nesse contexto em que a condenação à desordem difunde-se e legitima a política urbana, compreende-se a fácil remoção do Mercado Popular Getúlio Vargas em 2010. Quando em meio à disputa pelo recadastramento municipal e às ameaças de remoção por parte da Coderte, o mais antigo camelódromo do centro do Rio pegou fogo. Nem a opinião pública, nem a ação de vereadores e de deputados, nem as mobilizações foram suficientes para reeditar as lutas dos anos 1980 e garantir a permanência no mesmo local. O terreno foi utilizado como ponto de teleférico no marco do Projeto de Revitalização Urbana Porto Maravilha, o novo mercado construído permanece vazio – enquanto no entorno da Central o comércio ilegal prolifera em horas de pico e ocupa uma área muito maior que o do camelódromo.

Conclusão

Buscamos aqui compreender como mudou o enquadramento dado ao comércio informal no centro do Rio de Janeiro entre 1983 e 2009, e como ele passou de ser tolerado a ser reprimido. Isso implicou em considerar os quadros e as arenas em que se impuseram e em identificar os atores e as conjunturas que atravessaram o problema público do comércio informal urbano. Pudemos identificar, assim, dois momentos nos quais o comércio informal na cidade foi tema das arenas públicas. O primeiro, entre 1983 e 1984, no qual o problema dos camelôs constituiu uma arena específica. E o segundo, entre 2005 e 2009, em que o problema dos ambulantes é tratado na grande arena da segurança pública, ligado à desordem urbana. Em ambos os casos, os quadros tratam da relação entre o Estado e a Sociedade, tendo como foco o uso legítimo das ruas e dos logradouros públicos para fins econômicos.

O conflito eclodiu e se tornou arena pública em 1983, depois da decisão municipal de regulamentar o comércio ambulante, ampliando os critérios de licenciamento de modo a incorporar desempregados, além dos deficientes físicos já contemplados. As entidades patronais do comércio da cidade rejeitaram e combateram tal medida, mesmo quando ela prometia evitar

a concorrência por via de um zoneamento negociado e discutido em audiências públicas, e de impedir a concorrência de produtos.

O quadro que permitiu a expansão e a tolerância acionou um repertório democrático, no qual o respeito universal aos direitos humanos é a condição da democracia e articulava-se em torno de dois princípios: a distribuição mais igualitária de recursos econômicos e o tratamento digno. A política de Leonel Brizola ensaiava, localmente, uma solução ao déficit nacional de cidadania, daí a ênfase no reconhecimento da profissão de camelô: buscava-se o reconhecimento dos ambulantes como cidadãos.

Já o quadro utilizado pelos comerciantes condicionava economicamente à distribuição de recursos e questionava a proposta de abertura do comércio ambulante para desempregados – qualificando-a de demagógica. A distribuição de recursos e a melhoria da situação social somente seriam possíveis se houvesse crescimento econômico e, para tanto, era necessária a repressão ao comércio ilegal e não a sua regulamentação. Entretanto, o conflito em que se contrapunham uma crítica cívica e uma crítica econômico-administrativa – que ocorreu, em sua forma cotidiana, como uma disputa acirrada pelos lugares rentáveis da cidade, em particular pela localização dos camelódromos – não conseguiu definir uma síntese entre ambos. Somente com as Leis 1222/88 e 1876/92 consolidou-se uma sorte de acordo pelo qual se incorporaram à lei os critérios restritivos defendidos pelo comércio – como o critério de admissão de novos camelôs – enquanto apenas camelôs autorizados até 1985 permaneciam nas ruas. Este arranjo protegeu os camelôs “estabelecidos” e excluiu os “outsiders”²². Em suma, foi abandonada aqui qualquer menção à justiça distributiva ou à democracia dos primeiros momentos do governo PDT.

O segundo momento em que os camelôs foram objeto de arenas públicas no Rio de Janeiro corresponde à sua vinculação com ilegalidades, com a desordem urbana e com a segurança pública. Inicialmente a partir de 1999, os camelódromos passaram a ser relacionados à pirataria: aos crimes de desrespeito aos direitos autorais, ao contrabando e ao mercado de propinas. Essa arena não envolvia mais os comerciantes da cidade, mas as grandes empresas e as associações de produtores, preocupados com o problema da concorrência desleal, introduzido pelo contrabando e pelo desrespeito aos direitos autorais, que resultou no aumento de forças destinadas à repressão e à fiscalização. A partir de 2005, no entanto, os camelôs passaram a ser considerados na arena da segurança pública do Rio de Janeiro. Nesta mudança, o jornal *O Globo* e, em particular, a coluna “*Ilegal. E daí?*” ocuparam um lugar de destaque, na medida em que se definiram nela quais práticas e atores eram ilegais, o que estimulou e publicizou as denúncias. Sua ação política ganhou corpo e programa em uma CPI, e definiu a plataforma vencedora nas eleições municipais de 2008, representada pela defesa da ordem e da legalidade.

No quadro construído nessa arena, a desordem não era responsabilidade dos pobres, mas de uma “cultura” adotada a partir do governo Brizola – tolerante com a desordem e a falta de fiscalização e de repressão – que levava à instalação do crime e da violência. Sem qualquer menção à igualdade, à democracia ou aos direitos humanos, a luta contra a violência tornou-se uma causa cívica na qual os cidadãos e os governantes são corresponsáveis, e a ilegalidade transformou-se na “substância moral” da violência, que deve ser erradicada por contínuos “choques de ordem” e pelo convencimento. Os resultados dessa empreitada não se justificam por ganhos democráticos, e sim por resultados econômicos. A relação estado-sociedade, que este quadro define como adequada, pauta-se por critérios administrativos e promove uma moral cidadã legalista, destinada a maximizar os resultados entre parceiros econômicos, segundo critérios do que Weber (1991, p. 420) chamou ética do mercado.

Notas

¹ Criado em 1984 em terrenos da Companhia Estadual de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais (Coderte) com o nome de Mercado Popular Getúlio Vargas. (O GLOBO, 08/11/1984, p. 13). Era o mais antigo camelódromo da cidade e foi incendiado em 2010 sendo reconstruído, a 200 metros, com o nome de Mercado Popular Leonel Brizola, em uma área com escasso movimento, em que permanecem não mais de 30 boxes dos 500 do camelódromo original.

² Não tomamos aqui a noção de quadro e enquadramento na perspectiva do paradigma da comunicação (ENTAM, 1993) e do debate que este introduz nas Ciências da Comunicação, que receberá nossa atenção em breve.

³ O número de notícias aumenta expressivamente na década de 80. Assim, enquanto na década de 1920 registram-se 52 notícias contendo a palavra camelô, na de 1930, 166, na de 1940, 406, na de 1950, 1097, na de 1960, 1541 e na de 1970, 1544. Mas na década de 1980 esse número se eleva a 5280, a 6302 na década de 1990 e a 5542 na de 2000. Durante a década de 1980 esse aumento ocorre em 1983 quando se registram 851 notícias, número apenas superado em 1991. (O Globo, 2017).

⁴ Até 1985 o prefeito das capitais era nomeado pelo governador de cada estado. Por esse motivo em vários momentos refiro-me de moto indistinto ao governador e ao prefeito entre 1983 e 1985.

⁵ O jornal previa que o zoneamento não seria fácil pois “terão de deixar as ruas de maior movimento de pedestres no Centro e em alguns bairros, principalmente em Madureira. Os camelôs mais antigos, estabelecidos em áreas já tradicionais, manifestam até o propósito de resistir sua transferência para outros pontos. E o caso dos que atuam na área da Central do Brasil” (idem, 05/06/1983, p. 24).

⁶ O termo alude ao movimento político articulado em trono de Antônio de Pádua Chagas Freitas, que antecedeu o governo Leonel Brizola e foi governador da Guanabara (1971-1975) pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e do Estado do Rio de Janeiro (1979-1983) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

⁷ Trata-se do jornalista investigativo tristemente notabilizado por seu assassinato no Conjunto do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro, em 2003.

⁸ O cargo foi ocupado pelo vereador Kleber Borba, indicado pela bancada do PDT na Câmara Municipal.

⁹ Em novembro de 1983 o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) aliaram-se ao PMDB.

¹⁰ Não eram permitidos: bebidas alcoólicas, relógios, armas, munições, artigos de festa junina – fogos, bombinhas e afins –, facas e outros objetos perigosos, inflamáveis, corrosivos e explosivos, pássaros e outros animais, roupas, calçados, malas e objetos usados, óculos de qualquer tipo, remédios ou ervas de qualquer natureza e material de construção.

¹¹ Trata-se do mesmo terreno controlado pela Associação de Feirantes da Central em que se instalou o Mercado Popular Getúlio Vargas.

¹² Construídas graças a um acordo entre a Coderte e a Secretaria Municipal de Planejamento (O GLOBO, 05/11/1984, p. 5).

¹³ A partir desse momento os terrenos do Metrô da rua Uruguaiana passam a ser propostos para abrigar algum tipo de mercado popular.

¹⁴ Certamente, a conjuntura política nacional desse momento em que se definiram as alianças que levaram Tancredo Neves e José Sarney à presidência, a Nova República e a constituinte de 1988, influenciaram nas atitudes, embora as notícias de jornal não permitam especificar claramente esta relação.

¹⁵ Nome dado àqueles que se dedicam à compra e transporte de mercadoria do Paraguai, contrabandeada ao Brasil.

¹⁶ Evitamos, aqui, atribuir à grande imprensa uma ação política premeditada, em todas as ocasiões. Mas a noção de público adotada, inspirada em Tarde (2005) permite reconhecer a promoção patrocinada por jornalistas. A noção de público implica aqui uma comunhão entre jornalista e público. Seja como for, no caso da coluna "Illegal e Daí?", sua capacidade de promoção é muito evidente dado que as denúncias desta coluna deram origem à CPI municipal Illegal e daí?, que atuou entre 2007 e 2009.

¹⁷ Que César Maia caracterizava como a oferta do espaço público e do solo urbano como compensadores da exclusão social e da miséria (MAIA, 1993, p. 6)

¹⁸ O termo "mafuá" nomeia feiras e parques de diversões, com música alta. Foi utilizado nas matérias que caracterizavam a expansão dos ambulantes com títulos como "Mafuá Carioca, shopping do asfalto. Feiras invadem as ruas do Rio com camelôs e ambulantes" (O GLOBO, 27/06/1983, p. 7).

¹⁹ Em um uso livre da noção de cité civique de Boltanski e Thévenot (1991).

²⁰ Curiosamente, a promoção deste quadro é simultânea à ocupação das favelas pelo exército (2007), à implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) (2008) como principal política pública de segurança no estado e à adoção da política urbana chamada Choque de Ordem (2008).

²¹ Que Ana Clara Torres Ribeiro (1997) denominou paradigma administrativo.

²² Em uma apropriação livre de Elias e Scotson (2000).

Referências

- BOLTANSKI, Luc [e] THEVENOT, Laurent. (1991), *De la justification: Les economies de la grandeur*. Paris, Gallimard.
- ELIAS, Norbert [e] SCOTSON, John. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ENTMAN, Robert. (1993) "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm". *Journal of Communication*, Vol. 43 n° 4, pp. 51-58.
- ETCO. (s/d), Quem somos. Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO). Disponível (online) em: <http://www.etc.org.br/quem-somos/o-que-e-o-etc/>
- FREIRE, Jussara [e] MAMANI, Hernan Armando. (2012). "Problemas públicos e periferias no estado do Rio de Janeiro". Trabalho apresentado no 36º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu (MG).
- GOFFMAN, Erwin. (1991) *Les cadres de l'expérience*. Paris, Minuit.
- GUSFIELD, Joseph. (2009), *La culture des problèmes publics. L'alcool au volant: La production d'un ordre symbolique*. Paris, Économica.
- HIRATA, Daniel, (2015). "Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo". Em: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly [e] CARNEIRO, Sandra Sá (orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistência*. Rio de Janeiro, FGV.
- LORETTI, Pricilla, (2015), "Para que serve uma UOP? Algumas considerações sobre a política de ordem pública no Rio de Janeiro". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 8, n° 3, pp. 501-528.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio, LEITE, Márcia Pereira [e] FRIDMAN, Luis Carlos. (2005), "Matar, morrer, civilizar: O problema da segurança pública". *Mapas: Monitoramento ativo da participação da sociedade*. Rio de Janeiro: Ibase/Action Aid/Ford Foundation. Disponível (online) em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_matar_morrer_civilizar_luiz_silva.pdf
- MISSE, Michel. (1997), "As ligações perigosas: Mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio de Janeiro". Em: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, Vol 1, pp. 93-116.
- _____. (2002), "O Rio como bazar: A conversão da ilegalidade em mercadoria política". *Revista Insight Inteligência*, jul., ago., set. pp. 68-79.
- OLIVEIRA, Luiz Cardoso de. (2004), "Racismo, direitos e cidadania". *Estudos Avançados*, Vol. 18, n° 50, pp. 81-93.
- PAN, Zhongdangv [e] KOSICKI, Gerald. (2001), "Framing as a Strategic Action in Public Deliberation". Em: REESE, Stephen; GANDY, Oscar Jr. [e] GRANT, August (eds.). *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. (2004), *Cartografia da Ação e Análise de Conjuntura: Reivindicações e Protestos em Contextos Metropolitanos*. Projeto Faperj, Rio de Janeiro.

- _____. (1998), “Relação sociedade-Estado: Elementos do paradigma administrativo”. Cadernos IPPUR, Ano XII, nº 2, pp. 107-125.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1987), “Cidadania e Justiça”. Rio de Janeiro, Campus.
- TARDE, Gabriel, (2005). A opinião e a massa. São Paulo, Martins Fontes.
- WEBER, Max. (1991), “O mercado”. Em: Economia e Sociedade, Vol.1. Brasília, UNB.

Fontes da imprensa

- ANGELIS, Ana Maria de. (06/07/1983), “Deficientes físicos 'profissionais' e desempregados dividem irrimavelmente o centro comercial. Camelôs toma posse da rua Dias da Cruz”. O Globo, Méier, pp. 6-7.
- ASSIS, Denise. (23/05/1983), “Eles são 70 mil e os lojistas reclama da concorrência. Governo pressionado, faz projeto sobre ambulantes”. O Globo, Rio, p. 5.
- AZEVEDO, Sonia. (24/08/1983). “Depois de uma audiência pública pouco convincente e da posse do novo administrador, o comércio do Méier se decide pela greve”. O Globo, Rio, pp. 6-7.
- _____. (03/08/1983), “Camelôs e comerciantes se reúnem com secretário da Fazenda mas não conseguem solução. Prazo este terminando sem que haja acordo”. O Globo, Rio, pp. 6-7.
- BARROS, Jorge Antônio. (2009), “Como fazer um mapa da desordem urbano”. O Globo (on-line), disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2009/01/05/como-fazer-mapa-da-desordem-urbana-do-seu-bairro-151274.asp>
- BASTOS, Isabel. (17/02/2009), “Projetos de Paes facilitam parcerias privadas. Primeiras propostas à Câmara prevêem regulamentação de instrumentos que facilitam outorgas de serviços públicos”. O Globo, Rio, p. 15.
- BOTARI, Elenice [e] MAHEUS, Leticia. (06/06/2001), “Um protesto contra a polícia. Camelôs fecham a avenida Presidente Vargas para denunciar detetives por extorsão”. O Globo, Rio, p. 13.
- COSTA, Ana Claudia. (25/02/2001), “Ladrões abastecem mercado de CD-players. Venda sem nota fiscal e falta de codificação funcionam como incentivo ao roubo em garagens e edifícios”. O Globo, Rio, p. 18.
- FREITAS, Guilherme e Nunes. (15/03/2006), “Marcos Camelódromo: Polícia agora busca fornecedores. Delegacia Antipirataria vai pedir quebra de sigilo de presidente de associação dos vendedores”. O Globo, Rio, p. 23.
- GOULART, Gustavo. (15/07/2009), “Sob tratamento de choque. Aumento da arrecadação mostra que carioca está pagando para se legalizar”. O Globo, Rio, p. 9.
- _____. (22/06/1999), “Ação de policiais no Camelódromo era conhecida”. O Globo, Rio, p. 22.
- GOULAT, Rubeni. (12/08/1983), “Designação de novos locais para camelôs provoca divergência. Entre ambulantes, corrida ao cadastramento”. O Globo, Madureira, p. 3.
- HONSE, Virginia. (27/11/1983), “Jamil Haddad deixa a prefeitura após muitas crises. Em 8 meses, poucas realizações”. O Globo, Grande Rio, p. 25.

- LOPES, Tim. (17/07/1983), "Chefões lucram Cr\$ 1 milhão por dia. A doce vida de camelô". O Globo, Grande Rio, p. 22.
- MAIA, Cesar. (10/10/1993), "A recuperação do Rio". O Globo, Opinião, p. 8.
- MAGALHAES, Luiz Ernesto. (25/01/2009), 'Venda de terrenos do metrô vai financiar linha 4. Medida atingirá cerca de 70 áreas em Botafogo, Laranjeiras, Catete e Centro, incluindo Camelódromo da Uruguaiana". O Globo, Rio, p. 26.
- MEROLA, Ediane. (08/04/2009), "O Largo "do" Carioca. Livre de camelôs, área reconquista pedestres". O Globo, Rio, p. 13.
- MOTTA, Claudio. (24/02/2009), "O mapa da desordem na Tijuca. Denúncias da CPI do Ilegal. E daí? Foram checadas e serão divulgadas na internet". O Globo, Rio, p. 8.
- O GLOBO. (2017), Acervo. Disponível (on-line) em: <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=camel%C3%B4s>
- _____. (18/01/2009), "Denúncias na Zona Norte não param: Estacionamento irregular, ocupação de calçadas, ambulantes e moradores de rua estão entre os problemas". O Globo, Zona Norte, p. 3.
- _____. (31/10/2008), "Ordem Pública será uma marca'. Prefeito eleito anuncia choque de legalidade e diz que governará para toda a cidade". O Globo, O País, p. 3.
- _____. (1999), "Policiais detidos no camelódromo pela Corregedoria. Associações disputam o controle dos negócios no mercado popular". O Globo(Rio), Rio de Janeiro, 18 jun., p. 20.
- _____. (20/06/1999), "Venda de contrabando tem proteção de policiais. Ambulantes pagam por esquema de segurança no camelódromo". O Globo, Capa, p. 1.
- _____. (30/11/1984), "Feirinha do produtor pode ajudar Camelódromo". O Globo, Grande Rio, p. 11.
- _____. (25/11/1984). "Termina amanhã o prazo para ficar na Praça Onze". O Globo, Grande Rio, p. 12.
- _____. (08/11/1984), "Camelôs ganham minilojas perto da Central". O Globo, Grande Rio, p. 13.
- _____. (26/09/1984), "Lojista: Saída dos camelôs faz crescer vendas no Centro". O Globo, Grande Rio, p. 11.
- _____. (23/09/1984), "Ambulantes reivindicam melhorias e mais fregueses no camelódromo". O Globo, Rio de Janeiro, p. 26.
- _____. (12/08/1984), "Camelô tem plano para atrair compradores ao Camelódromo". O Globo, Rio de Janeiro, p. 24.
- _____. (10/08/1984), "Camelôs e fiscais travam corpo-a-corpo na Central". O Globo, Grande Rio, p. 15.
- _____. (29/07/1984), "Camelódromo: Movimento fraco". O Globo, Grande Rio, p. 29.
- _____. (24/07/1984), "Camelôs deficientes param o Centro em protesto". O Globo, Rio de Janeiro, p. 9.
- _____. (21/07/1984), "Somente a presença da PM controla a situação na Central. Camelôs revoltados incendiam barracas". O Globo, Grande Rio, p. 7.
- _____. (21/07/1984), "Prefeito inaugura 'camelódromo' sob vaias e protestos". O Globo, Grande Rio, p. 14.
- _____. (03/05/1984), "Camelódromo' substituirá circo até o fim do mês". O Globo, Rio de Janeiro, p. 1.

- _____. (30/05/1984), “Ambulantes estão satisfeitos, mas ainda pedem mudança no trânsito da Francisco Batista. O Camelódromo vai bem. Só que falta a urbanização”. O Globo, Madureira, pp. 6-7.
- _____. (11/01/1984), “Camelôs: Prefeito promete deixar na rua só deficientes”. O Globo, Grande Rio, p. 7.
- _____. (14/12/1983), “Camelôs: Secretaria anuncia repressão aos ilegais. O Globo, Grande Rio, p. 13.
- _____. (13/12/1983), “Silvio Cunha: Lockout agora não faz sentido”. O Globo, Grande Rio, p. 12.
- _____. (04/12/1983), “Rigor contra comércio ilegal. Camelôs: campanha começa amanhã”. O Globo, Capa, p. 1.
- _____. (27/11/1983), “Os planos de Marcelo Alencar”. O Globo, Capa, p. 1.
- _____. (24/11/1983), “Comerciantes pedem a Jamil mais rigor com os camelôs. O Globo, Grande Rio, p. 12.
- _____. (13/09/1983), “Brizola leva a Brasília denúncia sobre saques”. O Globo, Capa, p. 1.
- _____. (13/09/1983), “Sem incidentes, PM impede montagem das barracas. Madureira volta a ter suas ruas sem camelôs”. O Globo, Grande Rio, p. 13.
- _____. (10/09/1983), “Panorama econômico – saques no Rio”. O Globo, Economia, p. 16.
- _____. (10/09/1983), “Brizola: onda de saques é para atingir Figueiredo. Reação do comércio. Silvio Cunha: No Rio não há governo”. O Globo, Grande Rio, p. 8.
- _____. (08/09/1983), “Panorama econômico – Desemprego”. O Globo, Economia, p. 15.
- _____. (06/09/1983), “Madureira para comércio em protesto contra camelôs”. O Globo, Capa, p. 1.
- _____. (26/08/1983), “Prefeito pede aos comerciantes um prazo para afastar os camelôs”. O Globo, Grande Rio, p. 12.
- _____. (24/08/1983), “Jamil demite Ivan Nery, que insiste em denúncias”. O Globo, Capa, p. 1.
- _____. (23/08/1983), “Lista de camelôs deflagra uma crise na prefeitura. Jamil Pedirá ao PDT a exoneração de Ivan Nery. Vereador lamenta vazamento de relatório confidencial”. O Globo, Grande Rio, p. 13
- _____. (23/08/1983), “Crise no município. Secretário faz denúncia de corrupção e será afastado”. O Globo, Capa, p. 1.
- _____. (05/06/1983). “Zoneamento afastará camelôs das ruas mais movimentadas”. O Globo, Grande Rio, p. 24.
- _____. (08/05/1983), “Guerra aos Camelôs nas ruas de São Gonçalo. Ambulantes dizem que administração ameaça a sua sobrevivência”. O Globo, Niterói, p. 3.
- _____. (03/05/1983), “Ambulantes da Central poderão ser legalizados”. O Globo, Grande Rio, p. 7.
- _____. (07/09/1978) “Lojistas Criticam a liminar dada aos Camelôs”. O Globo, Rio, p. 1.
- _____. (16/01/1968), “Governador regulamente o comércio dos ambulantes”. O Globo, Rio de Janeiro, p. 8.
- ONSE, Virgínia. (27/11/1983), “Jamil Haddad deixa a Prefeitura após muitas crises. Em 8 meses, poucas realizações”. O Globo, Grande Rio, p. 25.
- RAMALHO, Sérgio. (03/01/2009), “Novo prefeito: Prefeitura promete mais rigor na fiscalização e anuncia dia D de combate às irregularidades. Choque de ordem mobiliza mais de 2000

servidores. Secretário diz que mais 160 guardas municipais vão o corredor de segurança do Leme ao Leblon”. O Globo, Rio, p. 11.

SOLER, Alessandro. (19/03/2005), “Camelódromo da Uruguaiana vende até cachimbos para fumar crack. Um dos ambulantes vende seus produtos com pistola à cintura”. O Globo, Rio, p. 22.

SCHMIDT, Selma. (04/01/2009), “Mendigos na mira. Secretário diz que não vai permitir que população de rua acampe e durma em áreas públicas”. O Globo, Rio, p. 12.

_____. (2005), “Queixas contra flanelinhas e camelôs dobram Ligações para o Disque-Denúncia apontam até o envolvimento de ambulantes e guardadores no tráfico de drogas. O Globo, Rio de Janeiro, 20 nov., p. 19.

TÁVOLA, Artur. (28/10/1983), “Passeando por Leopoldina pensando na vida”. O Globo, Leopoldina, p. 7.

XAVIER, José Messias. (05/12/2001), “Máfia chinesa é suspeita de queimar barracas em camelódromo no Centro. Polícia Federal investiga extorsão a comerciantes da região da Saara”. O Globo, Rio, p. 24.

WERNECK, Antônio. (17/12/2000), Tem loura falsa no tabuleiro. O Globo, Rio, p. 17.

_____. [e] GOULART, Gustavo. (20/06/1999), “O mercado sem lei da Uruguaiana. Criado pela prefeitura, camelódromo tem até contrabando com proteção policial”. O Globo, Rio, p. 12.

HERNÁN ARMANDO MAMANI
(hernanamamani@gmail.com) é professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF, Campos dos Goytacazes). Possui doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil), mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ e graduação em ciências sociais pela mesma instituição.